

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO TOCANTIS



Revista
Desafios

Artigo Original
Original Article
Artículo Original

Financial education in schools in the state of Tocantins

Jessica Nepomuceno Patriota¹, Heverton Silva de Camargos^{*2}

¹Acadêmica do Curso de Especialização em Ensino de Matemática, Universidade Federal do Tocantins-UFT, Palmas-TO, Brasil.

²Professor Doutor do Curso de Especialização em Ensino de Matemática, Universidade Federal do Tocantins-UFT, Palmas-TO, Brasil.

*Correspondência: Laboratório de Ciências, Instituto de Ensino Superior, Av. NS 15, 109 Norte, Palmas, Tocantins, Brasil. CEP:77.010-090. e-mail jessica_pgt@hotmail.com.

Artigo recebido em 26/07/2021 aprovado em 18/09/2021 publicado em 22/04/2022.

RESUMO

Em meio a uma crise econômica, onde o desemprego é uma situação vivenciada em diversas famílias o indivíduo com um conjunto amplo de orientações e conhecimento sobre atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros, ou seja, com conhecimento em Educação Financeira, terá maior capacidade de suportar as dificuldades provocadas pela variação da economia. Portanto a falta de informação referente a esse conteúdo pode prejudicar a vida da população, no que diz respeito a fraudes, planejamento financeiro, propagandas enganosas, falsa percepção de valor final, entre outros. Buscando atender essa necessidade da população, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz as diretrizes para estimular o ensino dos temas envolvidos a Educação Financeira. Mais antes mesmo deste tema ser abordado pela BNCC, as escolas estaduais e municipais do Estado do Tocantins trabalhar essa temática desde 2010 nas salas de aula, com material didático disponível para os estudantes e professores e sendo referência para as demais instituições de ensino. Assim, este trabalho procura mostrar a importância do ensino da matemática financeira relacionada à realidade e cotidiano das pessoas, além de apresentar algumas ações realizadas no Estado que envolve esse tema.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino; BNCC.

ABSTRACT

Unemployment is a situation that is facing several families in the midst of an economic crisis. An individual with a broad set of guidelines and knowledge about the appropriate attitudes in planning and the use of financial resources, that is, the knowledge of Financial Education will have greater capacity to endure the difficulties caused by the economy variation. Therefore, the lacking of this information referring to this content can harm the population's welfare, regarding frauds, financial planning, misleading advertisements, and a false perception of the end value, among others. The National Common Curricular Base (BNCC) seeking to meet this need has provided guidelines to stimulate the teaching of the themes involving Financial Education. The state and municipal schools in the State of Tocantins have been working on this theme in classrooms with didactic material available to students and teachers since 2010 and has been a reference to other educational institutions even before addressed by the BNCC. Thus, this

study seeks to show the importance of financial mathematics teaching in relation to the reality and the daily life of the people, besides presenting some actions that carried out in the State, which involves this theme.

Keywords: *Financial Education; Teaching; BNCC.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o país foi afetado diretamente por uma série de tribulações econômicas e atualmente, está passando por uma grande crise social e econômica provocada pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, sendo o responsável pela doença conhecida por COVID-19. Uma das principais medidas para combater essa doença até que a população seja vacinada, é o isolamento social. No entanto, essa conduta causa um grande impacto no comércio, na indústria e na prestação de serviços, provocando uma redução drástica do capital e aumentando o desemprego. Nesta situação, as pessoas que possuem baixa renda e as com desequilíbrio financeiro são as mais afetadas.

Neste cenário onde as mudanças ocorreram rapidamente, não foi possível que a sociedade se preparasse para os impactos financeiros provocados pelo isolamento social. Neste contexto, o indivíduo com um conjunto amplo de orientações e conhecimento em Educação Financeira, terá maior capacidade de suportar as dificuldades encontradas no gerenciamento e planejamento financeiro, seja familiar ou empresarial. Portanto, se essas informações forem difundidas na sociedade, poderá auxiliá-las a organizar os seus recursos financeiros se prevenindo e reduzindo os efeitos provocados pelas dificuldades financeiras, bem como permitir que planejem melhorar suas vidas. Nesse sentido as escolas podem auxiliar ao educar os alunos financeiramente, pois eles, por sua vez, levariam essas informações para suas famílias em um resultado multiplicador.

Essa situação de isolamento dificulta as escolas trabalharem com esse tema, com as aulas suspensas e remotas, mas é um excelente momento para as escolas refletirem sobre a importância de trabalharem sempre

com a educação financeira, independente da série. Segundo Araújo (2009, p. 145): “educar o consumidor é educar o cidadão e a escola tem a função histórica e social nesta direção”. Pensando nisso, há um projeto de Lei nº 9.394/96, o qual tem objetivo de informar sobre a Educação Financeira nas Instituições de ensino, atribuindo aos Municípios à competência de criar normas suplementares para o seu programa de ensino. Tal situação demonstra um progresso de reconhece à relevância desse assunto nas escolas.

Com o intuito de desenvolver e de buscar uma melhoria na forma de trabalhar o tema Educação Financeira na sociedade, recentemente foi apresentada a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF através do Decreto nº 10.393 de 09 de junho de 2020 (BRASIL, 2020). Cabe citar que o tema já era tratado pelo revogado decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, onde permitiu e incentivou projetos de educação financeira nas escolas.

Recentemente foi homologada a Base Nacional Comum curricular (BNCC) que é destinada a proporcionar aos estudantes conteúdos de habilidades vinculadas às vivências que os mesmos precisam desenvolver. Assim, foi inserida na BNCC o tema de Educação financeira, publicada em dezembro de 2017, através da Resolução CNE/CP 2/2017 (BRASIL, 2017). A BNCC é estruturada e destinada para garantir um sistema de pluralidade, com um conjunto de saberes para atuação e compreensão do tema.

Os Estados e municípios brasileiros precisam realizar a inclusão dessa temática nos seus currículos e propostas pedagógicas. O assunto de Educação financeira que antes era tratado nas escolas do Estado e município de maneira optativa, atualmente se tornou oficial, conforme consta na BNCC.

Portanto, este trabalho tem o objetivo de conscientizar os educadores sobre a importância do ensino da matemática financeira relacionada à realidade e cotidiano das pessoas, preparando os alunos para o mercado de trabalho e mostrando a necessidade de planejamento e consumo consciente e apresentando atividades pedagógicas realizadas no Estado do Tocantins que possam servir de exemplo para outras instituições de ensino. Além de mostrar algumas ações realizadas, por diferentes agentes, para promover a divulgação e melhoria nas práticas relacionadas à Educação Financeira.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A BNCC é de suma importância para os profissionais de educação, estudantes e toda a população, determinando os conteúdos mínimos a serem trabalhados na formação básica dos alunos. Para Zanatta e Neves (2016, p.3), a justificativa do governo para a implantação da BNCC, além de estar em consonância com as leis vigentes, é a democratização, onde todos têm direito a Educação gratuita e de qualidade.

Este documento criado é importante, pois é uma ferramenta que prioriza a qualidade da educação no país, buscando a igualdade na educação e estabelecendo os níveis de desenvolvimento que os alunos têm o direito de acesso. Neste sentido, compete às instituições de ensino desenvolver um currículo escolar em acordo com a BNCC.

Segundo o que pressupõe na BNCC, verifica-se que:

O direito de aprender não está associado ao direito de decidir sobre o que aprender. O aprendizado só é considerado um direito, se for remetido a metas pré-estabelecidas, fora das trajetórias escolares e de vida dos estudantes. Com isso, opera-se tanto com uma objetificação do que vem a ser sociedade quanto com uma objetificação do conhecimento (LOPES 2017, p. 25).

Logo, um dos principais desafios das escolas para criar o novo currículo, é considerar as aprendizagens apontadas pela BNCC como essenciais. As escolas precisarão rever o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), visto que ele é o documento que traz a metodologia pedagógica e a proposta curricular da instituição. Sendo assim, ele deverá ser adaptado para se adequar às diretrizes da BNCC e do novo currículo (FRANÇA, 2018).

De acordo com o MEC – Ministério da Educação (2020), a BNCC é dividida em:

Textos introdutórios (geral, por etapa e por área); Competências gerais que os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas da Educação Básica; Competências específicas de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares; Direitos de Aprendizagem ou Habilidades relativas a diversos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) que os alunos devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica — da Educação Infantil ao Ensino Médio (BRASIL, 2020).

Importante ressaltar que a Base Comum deve ser contemplada, em sua totalidade, nos currículos escolares, enquanto a parte diversificada pode corresponder a até 40% dos conteúdos (PENTEADO, 2019).

Além disso, um dos principais pilares da Base Comum é o foco no desenvolvimento de competências, visando a aprendizagem pelo conhecimento, mobilizando habilidades com práticas cognitivas e sócio emocionais, além de estimular o desenvolvimento de valores para resolução de problemas da vida cotidiana em sociedade e também no âmbito profissional.

Muitas críticas surgiram depois da homologação da BNCC devido o aspecto político que ela foi criada. O documento permite a escola estruturar seu currículo, no entanto, não ressalta a expressividade cultural brasileira, não aborda questões sexuais ou de gênero, o que, segundo alguns pesquisadores, tem caráter conservador aliado aos ideais da escola sem partido (MACEDO, 2016).

De acordo com Oliveira (2018), a matemática financeira deveria merecer mais ênfase do que aparece no texto da Base Nacional Comum Curricular, trazendo assim contextos mais realistas para o seu aprendizado.

Constata-se que a matemática financeira tem um papel muito importante na sociedade, já que é muito utilizado no cotidiano, onde as orientações, estudos e discussão sobre a educação financeira pode repercutir em questões sociais, de consumo, trabalho, investimento, entre outros. Ter esses conhecimentos discutidos na BNCC é fundamental para ampliar o desenvolvimento cultural, econômico e financeiro da população.

MATEMÁTICA FINANCEIRA NO DECORRER DOS ANOS

Um dos recursos que a família pode utilizar para ensinar as crianças a aprender a lidar com o dinheiro é disponibilizar pequenas quantias a elas, com liberdade de gerenciamento, sendo está prática conhecida como mesada. Este método força a criança a ter que tomar decisões e aprenda com os erros cometidos. Mas na vida adulta, as escolhas financeiras erradas podem causar grandes prejuízos levando o indivíduo a passar por dificuldades. Para auxiliar nessas tomadas de decisões, desde o orçamento do dia a dia até a contratação de um empréstimo bancário, a matemática financeira é uma importante aliada.

Para Santos (2005, p. 157), a Matemática Financeira é um ramo da Matemática Aplicada que estuda o comportamento do dinheiro no tempo, ou seja, o valor monetário no tempo. Desta forma o indivíduo de posse desse conhecimento, tem a capacidade de comparar e analisar o dinheiro em diferentes datas, uma vez que o capital sofre variação ao longo do tempo. Isso ocorre devido às variáveis financeiras, tais como, taxa de juros, a oferta e demanda dos produtos e a economia em geral.

Historicamente, a matemática financeira esteve muito ligada ao comércio. A troca de mercadoria

e empréstimos foram os primeiros passos para a matemática financeira na época (IFRAH, 1997).

Essa troca de mercadorias iniciada antigamente era apenas para suprir as necessidades essenciais da população e eram escritas em tábuas para registro dessas informações. Posteriormente com o crescimento da sociedade, o desenvolvimento do comércio e os seus produtos, a troca começou a ter dificuldades, visto que não tinha um controle sobre os valores e produtos oferecidos. Diante disso, foi criado um sistema mais estável de controle.

Com o decorrer dos anos, foi surgindo a necessidade de atualização do comércio e mercadorias. Outros países começaram a realizar distribuição de trocas de mercadorias por meios terrestres e marítimos. Logo, com o crescimento desses comércios começou a surgir uma nova atividade de troca, que é o comércio do próprio dinheiro, na época em ouro e prata (ZETETIKÉ, 2010).

Perante isso, criou-se as primeiras operações de créditos. Onde as pessoas poderiam ter lucros com essas trocas e disponibilizar juros em relação aos empréstimos. A necessidade de organização desse tipo de comércio fez surgir os bancos, que impulsionaram a economia e tiveram função importante nas negociações entre os povos que realizavam operações comerciais (CARVALHO, 2020).

Atualmente as maiores movimentações financeiras são realizadas através do “dinheiro de plástico”, transações financeiras por cartões de crédito. Nos últimos anos outra modalidade que vem ganhando destaque são os pagamentos e operações financeiras por aplicativos de celular, carteiras digitais, o que resulta em maior praticidade e agilidade. Outra tendência, são as pulseiras ou dispositivos que autorizam o pagamento por aproximação, sem contato físico.

Como o desenvolvimento dos novos meios de pagamentos e investimentos, que utilizam ferramentas tecnológicas e realizam operações comerciais através

de meios virtuais, o dinheiro está passando a circular cada vez mais de forma virtual dentro da sociedade. Essa mudança de costume exige das pessoas uma maior atenção com a sua situação financeira, já que a redução na utilização da moeda real, ou concreta, pode gerar uma falsa realidade financeira para o indivíduo o que o leva ao desequilíbrio econômico. Por essa razão, os conhecimentos a respeito da matemática financeira são indispensáveis para uma saudável convivência econômica das pessoas na sociedade contemporânea.

Hoje a matemática financeira se aplica a diversas áreas do nosso sistema econômico. A sua presença no cotidiano das pessoas é rotineira e tornou-se matéria para diversos estudos. Com a recente política cambial houve a desvalorização do real frente ao dólar nos últimos tempos, ocasionando novas formas e estratégias de comercialização de produtos, buscando assim novas maneiras de gastar e investir dinheiro.

MATEMÁTICA FINANCEIRA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A educação financeira representa uma maneira de propagar os conceitos e informações sobre finanças pessoais, cálculos de juros, economia no país e distribuição de oferta e demanda. Esses conhecimentos são de suma importância para melhorar a qualidade de vida da comunidade em geral, visto a necessidade em formação de um indivíduo formador de opinião e com maior abrangência sobre diversos assuntos.

Essa formação mais crítica é importante para permitir o indivíduo avaliar as mudanças que estão ocorrendo ao seu redor, principalmente com relação à economia, que nos últimos tempos vêm passando por crises em escala mundial. Com isso têm ampliado o número de questões econômico-financeiras com as quais os seus cidadãos têm que lidar.

A disponibilização dessa temática aos alunos contribui para criar cidadãos com aptidões essenciais

para o seu dia-a-dia, alcançando conhecimentos sobre os seus direitos e deveres com a comunidade.

Ter uma boa educação financeira desde o ensino infantil traz benefícios pessoais, bem como no âmbito familiar. Ensinos de como aprender a economizar, cortar gastos e poupar proporcionam uma garantia de segurança no caso de futuros imprevistos. Por essa razão esse tema tem despertado o interesse da comunidade e sua difusão vem crescendo nos Estados Unidos e países da Europa, tornando-se matéria obrigatória em muitas escolas. No Brasil, ela está em estágio inicial, e a experiência já colhe bons resultados (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Oliveira e Cremasco (2013, p. 5) “[...] a contextualização da matemática financeira no âmbito do ensino médio está um pouco esquecida e fora do currículo de muitas escolas [...]”. Por isso é necessária uma conscientização das escolas, e dos professores, em trabalhar a questão da elaboração de proposta pedagógica direcionada para matemática financeira e educação para o consumo (VIEIRA, 2010).

O estudo da matemática financeira é ofertado em algumas escolas, dentro da disciplina Matemática. No entanto, na maioria das vezes o conteúdo é limitado e superficial. Para Santos (2011, p. 2) o ensino da matemática financeira “no âmbito do ensino médio está sendo feito em descompasso entre os processos de desenvolvimento e transmissão dos conteúdos matemáticos atualmente”.

Os conteúdos relacionados à matemática financeira foram incluídos na (BNCC) e sendo trabalhado, dentro da disciplina de Matemática, nas turmas do ensino fundamental e no ensino médio como trabalhos transversais ao conteúdo já ministrados pelo professor, onde irão compor os currículos de redes e escolas. Apesar de ser destacado explicitamente apenas na área de matemática, a proposta do documento é que estados e municípios possam abordar o consumo consciente e o planejamento financeiro em diferentes disciplinas.

A inclusão desse tema na BNCC é um avanço e uma vitória para as escolas no país, contendo um documento oficial onde direciona e fortalece sobre essa temática nas salas de aulas. Antes a disciplina ocorria por opção dos Estados e Municípios, no entanto, após a BNCC a disciplina tornou-se oficial e obrigatória.

O Ministério da Educação esclarece o papel e a intenção da BNCC na temática Educação Financeira no currículo da Educação Básica, e como serão definidos os conteúdos: “A base vai assegurar os objetivos e direitos à aprendizagem, ou seja, qualquer estudante, em qualquer série, em qualquer escola do Brasil, tem direito a uma base de aprendizagem” (MERCADANTES, 2015). Dentro da BNCC este tema está ligado a temática Contemporânea Transversal e ao eixo Educação Fiscal, Financeira e Economia. Por ter esse caráter transversal, os professores entre si escolhem as situações didáticas que melhor se encaixem ao conteúdo e elaboram as Situações Didáticas (SDs) que serão ministradas.

No Estado do Tocantins esse tópico já era oferecido as escolas estaduais antes mesmo da BNCC. Com um plano desenvolvido há 10 anos, o Programa de Educação Financeira nas Escolas foi inserido no Plano Estadual de Educação (PEE-TO), onde trata do currículo e da qualidade da Educação (TOCANTINS, 2018). Assim, o Estado do Tocantins mostra avanço sobre o tema, sendo uma referência no cenário nacional.

O programa de educação financeira nas escolas atuou em dois âmbitos – Ensino Fundamental e Ensino Médio onde possui um projeto pedagógico com materiais didáticos onde permitem a inserção do assunto da educação financeira na vida escolar. Logo, os principais objetivos do programa é disseminar conhecimentos, metodologia e conteúdo para alunos do ensino fundamental e médio para tornar crianças e jovens financeiramente educados, atuantes e protagonistas em suas sociedades.

De acordo com dados disponibilizados pela SEDUC, entre 2009 e 2015 o programa foi aplicado em 76 escolas apenas de Ensino Médio, sendo em 2009 houve uma versão piloto com 25 escolas – de tratamento e controle. Após 2016, foi ampliado a todas as escolas de Ensino Médio e Ensino Fundamental universalizando a temática em todas as escolas.

O Programa direciona ações e desdobramentos a serem juntos às Regionais e Escolas. Incumbindo a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) de elaborar um plano de ação, um documento de orientação anual e um canal virtual de comunicação, no caso a plataforma Moodle da SEDUC, além de ofertar cursos de formação de professores. Destaca-se que o documento orientador dos professores, além da parte operacional, recomendava a cada coordenação de ensino o material didático e elaboração de projetos/ações a partir das situações didáticas de cada turma (Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio). Também, eram promovidos concursos e desenvolvida a Semana Nacional de Educação Financeira, evento anual que se encontra na 6ª edição.

O Tocantins sempre participa na Semana Nacional de Educação financeira com lugar de destaque, com apresentação de ações da SEDUC, diretoria regional de ensino e escolas. Vale ressaltar que todos os alunos da rede estadual recebem material didático do 1º ao 9º ano e ensino médio adquiridos pela SEDUC.

O material produzido no desenvolvimento das atividades fomentadas pelo programa Educação Financeira nas Escolas é de propriedade da SEDUC, que produziu relatórios regionais e de cada escola envolvida em todos os anos de sua execução. Os relatórios eram utilizados para compartilhar as informações produzidas durante os trabalhos realizados. No entanto, esse material não está publicado, sendo mantido apenas pelo Coordenador atual do programa na SEDUC.

A execução do programa teve maior dificuldade de engajamento por parte da direção das escolas do que entre os professores, que tiveram uma boa aceitação. O motivo da recusa das escolas em participar do programa é devido ao grande volume de projetos existentes e as dificuldades em gerenciar todos. Nas escolas onde o diretor é apoiador, o programa tem bons resultados, inclusive ajuda até a escola a repensar seus gastos básicos e promover economia em diversos campos.

O Programa não tem transferência de recursos entre os envolvidos e é 100% gratuito. Como as aulas são transversais o que a escola dispõe de material por exemplo, é o que os professores já usa em suas aulas. Não existe recurso financeiro direto para a escola e nem recomendação para que se destine recurso no Projeto Político Pedagógico (PPP), a menos que a escola, por entender e aplicar algum tipo de recurso que reverta, por exemplo, em aquisição de rendas para alguma finalidade devidamente planejada com os alunos (horta, biblioteca, feiras, etc.).

Logo, as tecnologias dos recursos didáticos são gratuitas, disponibilizadas pela SEDUC. Esse é o único recurso financeiro que ela contribuiu. O Estado do Tocantins, contudo, é o único Estado que desenvolve o programa e disponibilizou para as escolas da rede material didático para fortalecer a aprendizagem.

AÇÕES PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO TOCANTINS.

De acordo com o Lima (2018), o Banco Central do Brasil visa a Educação Financeira no Tocantins como uma metodologia de sucesso e referência a ser seguido. O diretor do Banco central do Brasil visitou o Estado, no ano de 2018, para conhecer essa prática da Educação Financeira que está sendo desenvolvida com êxito nas escolas, saber o que levou o Estado a alcançar esse sucesso e avaliar o caminho que foi percorrido.

Dentro do programa Educação Financeira nas Escolas o Estado investiu na formação de professores,

de multiplicadores, com a reprodução do material didático e com a divulgação das experiências de sucesso. Isso ressaltou no crescente interesse dos alunos sobre a Educação financeira. Além disso, em 2017 ocorreu a Semana da Matemática e da Educação Financeira, Fig. 01. Essas ações buscam aprimorar os conhecimentos adquiridos pelos alunos com trabalhos práticos e exemplos do dia a dia (SOUZA, 2017).

Dentro do Estado, as ações de divulgação que estimula a educação financeira não ficaram limitadas a SEDUC. Como exemplo disso o PROCON Tocantins realizou uma série de atividades relacionadas à educação financeira com a finalidade de levar conhecimento, principalmente, ao público infantil, ressaltando a importância da economia e mercado financeiro.

Na cidade de Gurupi-TO o PROCON tem levado orientações para diversos públicos, relacionados a educação e consumo: nas escolas (alunos e corpo docente), nos estabelecimentos comerciais (gerentes e gestores) e para a classe empresarial, com o objetivo formar estudantes e cidadãos conscientes e dispostos de maiores conhecimentos sobre o tema (LOPES, 2020).

Ainda no município de Gurupi-TO, segundo dados do SEDUC TO, foi desenvolvido um projeto interdisciplinar de Jovem empreendedor, onde 115 alunos do 6º e 7º ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Girassol de Tempo Integral José Seabra Lemos desenvolveram no semestre atividades dentro e fora da sala de aula, Fig. 02 A (GANDARA, 2019). Na disciplina de matemática, eles estudaram as quatro operações matemáticas, juros e porcentagens. O objetivo desse projeto era de despertar o gosto pela matemática dos alunos, ensinando sobre empreendedorismo e capacidade de gestão financeira pessoal.

Figura 1. Trabalho realizado pelos alunos na (A) Escola Estadual Augusta Vaz Dos Santos Teixeira no ano de 2019 e na (B) Escola Estadual Felipe Brigadeiro no ano de 2017 para a Semana da Matemática e da Educação Financeira.



Fonte: SOUZA, 2017.

No município de Palmas, uma ação desenvolvida no ano de 2017 voltada para a educação financeira foi o projeto "1,2,3 feijão com arroz" no Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas, onde foi criado um supermercado na sala de aula, Fig. 02 B. Os alunos aprenderam com esse projeto assuntos como consumo consciente, organização, planejamento e lógica matemática, mostrando que esses conceitos podem ser trabalhados na educação infantil, bastando um planejamento eficiente por parte dos docentes. (COM, 2017).

Logo, o Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, em Colinas do Tocantins, realizou em 2017 o lançamento da Campanha sobre Educação Financeira. O projeto que terá duração de 2 anos mostrará a relação do dinheiro com o consumo e o meio ambiente (GANDARA, 2019).

Figura 2. Ações realizadas para promover a Educação Financeira realizada pelo (A) Projeto Jovem Empreendedor no Município de Gurupi-TO pelo Colégio Estadual Girassol de Tempo Integral José Seabra Lemos e pelo (B) Projeto voltado a educação infantil realizado no Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas em Palmas – TO.



Fonte: GANDARA, 2019 e COM, 2017.

Em todas as ações realizadas com diferentes formas de execução, o sucesso de todos os trabalhos esteve vinculado a um bom planejamento realizado por parte do professor. Com base nesta análise prévia, o docente é capaz de estimular os alunos a analisar situações problemas reais, refletindo sobre as diferentes decisões que podem ser tomadas para encontrar a solução mais adequada. Isso permite ao discente desenvolver habilidades de pensar de maneira mais criativa, com opiniões distintas e economicamente responsáveis.

CONCLUSÃO

Para uma melhor compreensão é necessário que as escolas e professores elaborem uma proposta pedagógica direcionada para a matemática financeira, educando os alunos para o lado prático do consumo consciente e do planejamento, trazendo mais praticidade e fácil compreensão do tema.

Os educadores precisam motivar e orientar os alunos sobre a amplitude desse conteúdo, proporcionando maiores conhecimentos para que eles estejam preparados para situações matemáticas do dia-a-dia. Resolver problemas práticos do cotidiano correlacionados com a educação financeira atrai a

atenção dos alunos e contribuem para as suas participações nas salas de aula.

Constata-se que as atividades e o projeto proposto no Estado do Tocantins motivaram os alunos e professores sobre o tema, fazendo com que o Estado seja uma referência e contribuindo para pessoas mais informadas e cientes sobre o assunto.

Também é possível observar que a Base Nacional Comum Curricular realizou uma adaptação das instituições de ensino aos novos parâmetros educacionais, gerando oportunidade de inserção do conteúdo nas salas de aula, buscando formar estudantes com percepções ativas sobre a economia e mercado financeiro.

A falta de informação referente a esse conteúdo pode prejudicar a vida da população, no que diz respeito a fraudes, planejamento financeiro, propagandas enganosas, falsa percepção de valor final, etc., devido não terem o conhecimento necessário sobre a matemática financeira. Sem dúvidas, tais informações ajudariam a diminuir as diferenças sociais existentes no país.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. B. de. **Alfabetização econômica**: compromisso social na educação das crianças. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira** – Plano Diretor da ENEF. 2011. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislação/Default.aspx>>. Acesso em: 10 Mai. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-

[2022/2020/Decreto/D10393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm)>. Acesso em: 10 Mai. 2020.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9,394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 2/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.

BRASIL. Ministério da Educação, **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 12 Jun. 2020.

CARVALHO, L. Férias Medievais. **Mundo Educação**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/feira-s-medievais.htm>>. Acesso em: 15 Jun. 2020.

COM ‘mercado’ na sala de aula, alunos aprendem a usar dinheiro em Palmas. **G1 GLOBO**. Portal Globo. Palmas, 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/03/com-mercado-na-sala-de-aula-alunos-aprendem-usar-dinheiro-em-palmas.html>>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

FRANÇA, L. Desafios e oportunidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Par Plataforma Educacional**. 8 out. 2018. Disponível em: <<https://www.somospar.com.br/desafios-e-oportunidades-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/>> Acesso em: 15 Mai.2020.

GANDARA, G. Gestão financeira é trabalhada com o projeto interdisciplinar Jovem Empreendedor em Gurupi. **SEDUC TO**. Palmas, 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://SEDUC.to.gov.br/noticia/2019/6/28/gestao-financeira-e-trabalhada-com-o-projeto-interdisciplinar-jovem-empendedor-em-gurupi/>> Acesso em: 14 Jun. 2020.

GRANDO, N. I; SCHNEIDER, I. J. **Matemática financeira**: alguns elementos históricos e contemporâneos. ZETETIKÉ – FE – Unicamp – v. 18, n. 33 – jan/jun – 2010.

IFRAH, G. **História universal dos algarismos**: a inteligência dos homens contada pelos números e pelo cálculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. v. 1. p. 1. 1997.

LIMA, J. Banco Central aponta a Educação Financeira do Tocantins como referência para o Brasil. **Portal Tocantins**. Palmas, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://portal.to.gov.br/noticia/2018/10/17/banco-central-aponta-a-educacao-financeira-do-tocantins-como-referencia-para-o-brasil/>>. Acesso em: 16 Jun. 2020.

LOPES, A. C. Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. In: Mendonça, D. (Org.). **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo, Brasil: Ed. Intermeios. p. 25. 2017.

LOPES, L. Procon em Gurupi destaca importância da Educação Financeira para público infantil durante atividades em escolas. **Portal Tocantins**. Palmas, 21 fev. 2020. Disponível em: <<https://portal.to.gov.br/noticia/2020/2/21/procon-em-gurupi-destaca-importancia-da-educacao-financeira-para-o-publico-infantil-durante-atividades-em-escolas/>>. Acesso em: 16 Jun. 2020.

MACEDO, E. Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista** (UFMG), 32 (2), 45-68. 2016.

MERCADANTE, A. Base Nacional Comum é tema de exposição do ministro na Comissão de Educação da Câmara. Brasília, 25 de nov. de 2015. **Audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/32291-mercadante-defende-na-comissao-de-educacao-da-camara-implantacao-da-base-nacional-comum>> Acesso em: 12 Mai. 2020.

OLIVEIRA, G. P. (org.). **Educação Matemática: epistemologia, didática e tecnologia**. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

OLIVEIRA, D. P.; CREMASCO, N. R. **A Matemática Financeira e o cotidiano do aluno do Ensino Médio**. 2013. V. I, 19 f. Cadernos PDE. Secretária da Educação, Governo do Estado do Paraná.

OLIVEIRA, L. C. A. **A importância da educação da Matemática Financeira nas escolas do Ensino Médio**. 2012. 12 f. Artigo (Programa de Pós-Graduação de Gestão Contábil e Financeira) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

PENTEADO, F. BNCC: O que é a Base Nacional Comum Curricular e qual é o seu objetivo. **Sae Digital**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://sae.digital/bncc-o-que-e-qual-e-o-seu-objetivo/>> Acesso em: 15 Mai. 2020.

SANTOS, E. A. **Matemática Financeira uma abordagem contextual**. Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE). 2011.

SANTOS, G. L. da C. **Educação financeira: a matemática financeira sob nova perspectiva**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2005.

TOCANTINS comemora a inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular. **SEDUC TO**. Palmas, 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://SEDUC.to.gov.br/noticia/2018/2/2/tocantins-comemora-a-inclusao-da-educacao-financeira-na-base-nacional-comum-curricular/>> Acesso em: 14 Jun. 2020.

SOUZA, T. Escolas da rede estadual desenvolvem projetos sobre a Semana da Matemática e da Educação Financeiras. **SEDUC TO**. Palmas, 09 mai. 2017. Disponível em: <<https://SEDUC.to.gov.br/noticia/2017/5/9/escolas-da-rede-estadual-desenvolvem-projetos-sobre-a-semana-da-matematica-e-da-educacao-financeira/>> Acesso em: 15 Jun.2020.

VIEIRA, L. C. **A matemática financeira no ensino médio e sua articulação com a cidadania**. Dissertação (Mestrado) – Em Educação Matemática da Universidade Severino Sombra. Vassouras, Rio de Janeiro, 2010.

ZANATTA, S.C., NEVES, M.C.D. **Uma Discussão sobre a Implantação da BNCC: um olhar para o ensino de física**. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO DE CIÊNCIAS, 1., 2016, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Editora realize, 2016. p. 01-10.